

A POLÍTICA COMO ATIVIDADE INTELIGENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UM NOVO CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO

THE POLITICAL AS INTELLIGENT ACTIVITY: CONSIDERATIONS ON THE POSSIBILITY OF A NEW CONCEPT OF PUBLIC SPACE

Edmilson Alves de Azevêdo*

recebido: 10/2012

aprovado: 11/2012

Resumo: Este trabalho tenta trazer algumas reflexões sobre a relação entre a filosofia e a política com a finalidade de compreender o empobrecimento e embrutecimento da ação e do pensamento, agravados na presente conjuntura e da sociedade da sociedade contemporânea. Procura compreender a paralisia política e a tagarelice dissonante da filosofia acadêmica ante a decadência da dimensão pública da vida política. Com isto, esboça algumas hipóteses de como a filosofia e a política deveriam se associar para compreenderem a gestação de um novo conceito de Espaço Público na Sociedade do Conhecimento e da Internet, a partir das novas

* *Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba. m@il: eazevedojp@gmail.com*

formas de interatividade e de comunicação democráticas como elementos para a constituição de um novo conceito de Espaço Público.

Palavras-chave: Filosofia. Política. Espaço Público. Sociedade do Conhecimento. Internet.

Abstract: This paper attempts to bring some reflections about the relationship between philosophy and politics in order to understand the impoverishment and brutalization of thought and action, aggravated in the present conjuncture of contemporary society. He seeks to understand the political paralysis and dissonant character of academic philosophy at the decay of the public dimension of political life. With this, outlines some hypotheses about how philosophy and politics should join to understand the development of a new concept of Public Space in the Society of Knowledge and Internet, from news forms of interactivity and communication as democratic elements for the constitution of a new concept of public space.

Keywords: Philosophy. Politics. Public Space. Knowledge Society. Internet.

1. Algumas premissas

Do ponto de vista filosófico, entendemos como “atividade reflexiva” não aquela tendência solipsista ou dedutiva que costuma ter na tradição cartesiana da expressão. O culto acadêmico da formação filosófica tem tido como resultado o fato de que, aquilo que deveria ser uma verdadeira “formação” (*Bildung*) redunde numa simples “deformação” (*Missbildung*). Neste caso sugere-se o corretivo da experiência, no sentido da experiência, unindo a

filosofia à arte. Tanto ao filósofo quanto à filosofia importa compreenderem e interpretarem as circunstâncias e posições problemáticas, enfatizando aqueles aspectos e questões próprios da cultura. Isto contribui para uma atitude filosófica que põe ênfase nos problemas. Aqui a teimosia pode ser uma virtude. Concebo a atitude realmente filosófica como a tentativa extrema de insistir nos problemas próprios da cultura e que esta nem sempre sabe como dar-lhes uma solução adequada e satisfatória. Conhecer e ter experiência são complementares. A urbanidade e a diversidade cultural, a pressa, ansiedade diante do tempo é o terreno natural da filosofia. A consequência dessas circunstâncias é freqüentemente a desorientação e a perda no sentido da experiência. Aqui a desastrosa ascensão do especialista ocupando o lugar na fragmentada cultura contemporânea termina por corroborar a dissolução da reflexão filosófica e a entrega de suas responsabilidades ao trabalho fragmentado e funcional daquele, o especialista.

Até mesmo a própria simulação pode ser tida como uma forma de experiência. Neste sentido é possível se opor aceleração à lentidão. Toda mediação implica uma perda da experiência. Do ponto de vista originário, entre a experiência e o conhecimento há mais coincidência entre aquilo que se conhece e aquilo de que se experiencia. Nossa vivência se dá de “segunda mão”, ou seja, daquilo que sabemos sobre o mundo sabemos a partir do que nos é dito. Na pré-modernidade a experiência e o conhecimento estavam próximos e coexistiam. Nem sempre devemos considerar essa falta de experiência direta como uma falta enquanto perda da experiência. Historicamente, podemos dizer que, visto positivamente, essa concepção ampliada da experiência moderna significa que a realidade surge, então, como um horizonte mais amplo, diferentemente do que acontecia noutros períodos da história. As experiências de segunda mão, por outro lado, resultam em problemas específicos cuja natureza é marcada pelo aspecto da necessidade e da precariedade. A consequência é aparecimento de medos, riscos e fenômenos correlatos como as catástrofes e o catastrofismo no horizonte da experiência e da vida presente. Na realidade

anterior à modernidade, com outro mundo da experiência, a insegurança e a ansiedade se passavam de forma mais objetiva e com uma intensidade de menor grau. Uma coisa se passa na esfera da realidade imediata e concreta. Já a outra se passa no plano da virtualidade, de difícil controle. Neste contexto da discussão a categoria da mediação empregada com tanta ênfase por Adorno é de máxima relevância. Sobretudo no que tange, de forma contrastante, à necessidade como categoria da experiência imediata, espécie de nostalgia da realidade do mundo concreto. O fato é que estamos obrigados hoje a aprender a viver no mundo segundo a condição mediada da experiência, por meios de suas representações. Assim, surge a necessidade da criação de estratégias que nos console pela perda de experiência imediata. Doravante se impõe a necessidade de designar o papel que exercem as criações como a ciência, a política, a esfera pública e a filosofia. Para Habermas, cabe ao filósofo ser mediador entre a Ciência e o Espaço Público, a partir de uma concepção ampliada da experiência cujo eixo é a ciência como paradigma. Tanto o filósofo como o político são aqueles que se pautam e gerenciam o saber não-temático, ou seja, o saber não especializado. São, assim, aqueles que ultrapassam os limites restritos do conhecimento científico, gerando e ampliando aquelas margens das possibilidades que escapam ao controle do saber técnico-especializado dos *experts*. A Esfera Pública preserva e mantém alguma liberdade, mesmo quando vive cercada por especialistas e peritos. O saber técnico domina o limitado espaço do saber, pouco ou nada conhecendo de todo o resto do amplo espectro do saber e da cultura, onde a Esfera Pública aparece sob a forma amputada do saber especializado. Não é mais tarefa dos especialistas a tomada de decisões. O mesmo pode ser dito também para os políticos profissionais. A política não é uma profissão. A ciência e a política são âmbitos plenos de consequência e seriedade para serem deixadas nas mãos desses especialistas. A atividade filosófica toma pé ali onde acabam os limites do saber especializado. A tarefa da filosofia não é dar soluções definitivas aos problemas. Seu alcance público está diretamente relacionado em se negar a se constituir

numa especialidade, num mundo “experts”, ou seja, ir muito além destes. Ali onde os biólogos, economistas, físicos quando ultrapassam, nas suas atividades profissionais, os limites de suas especialidades e se estendem ao debate público surge a política, momento no qual suas identidades civis começam a aparecer, identificando-os sendo de direita ou de esquerda. Com as conclusões dos discursos dos especialistas e peritos pode-se constatar que não termina aí a solução dos problemas, pois é exatamente aí que a política dá os seus primeiros passos. À ciência se faz necessária uma integração a uma esfera muito mais abrangente da vida social e o mundo da vida. Devido ao seu senso de exclusividade cognitiva, a ciência e a técnica têm por natureza uma visão restritiva de seus compromissos sociais, por isso procura dissimulá-los a todo custo. Os critérios democráticos de decisões são aqueles elementos que devem pautar as discussões e as decisões. No estágio atual das sociedades da modernidade tardia a preeminência dos temas referentes à biopolítica e ecologia são a prova patente de como a Esfera Pública Política ocupa cada vez mais relevância inquestionável. Parece evidente que assim seja pelo fato de que as atividades nestes âmbitos de ação passaram a ter, com a globalização, consequências que transcendem a consciência do alcance local, sendo assim necessárias tomadas de decisões de âmbito público e universal. O que de fato se mostra é o caráter político dos problemas e não simples questões de natureza e ecologia, como pensam alguns. Cabe, sobretudo à filosofia, dada a sua natureza problematizante e crítica, colocar as pautas pertinentes para a discussão, uma vez que as ciências da natureza não dispõem de critérios judicativos para decidirem sobre esses problemas. Seus limites são onde começa o debate público conduzido pela filosofia. Quanto à filosofia, sua principal tarefa é questionar os estreitos limites da discussão no âmbito das ciências. A filosofia e a ciência trabalham em regimes e ritmos diferentes. O trabalho da filosofia é do regime da reflexão sobre os processos, não tendo ela um papel funcional. Ela chega sempre depois (*nachträglich*): *A coruja de minerva só levanta o seu vôo somente ao entardecer*. A filosofia está

envolvida com a lentidão e a perda de tempo, daí ela não possui este regime funcional de ação típico das ciências e tecnociência, em particular. Muitos movimentos são apenas, na aparência, mudanças sociais, tecnológicas e culturais, nem sempre são movimentos reais, mas antes retrocessos ou acelerações. A filosofia é um agente que impulsiona a modernização, mas o faz pela instância da reflexividade, tornando esta modernização um movimento, um processo real. A filosofia e os verdadeiros filósofos são atraídos pelos problemas reais e suas dificuldades, por isso, hoje é relevante que eles se ocupem da política, da mudança social, pois representam problemas. A situação atual mostra que a política assume grande relevância, em especial porque as questões e respostas dadas a elas no presente são caducas, sofrendo de certa inércia. Os processos institucionais atuais não correspondem mais à complexidade do presente. São mecanismos antiquados e nada mais dizem, precisando assim, serem repensados. Pense-se, por exemplo, nas questões relacionadas ao sentido de território, a questão das identidades e a mistura intercultural que são férteis campos para o trabalho filosófico. Existem problemas e questões que não são o que parecem e aquelas que já não são o que eram. A relação entre a Esfera Estatal e a Esfera Pública é um daqueles problemas a ser levado em consideração quando se pensa no atual estágio da modernidade tardia. Uma reformulação conceitual se faz necessária quando se vê essas questões da ótica da tradição da esquerda social-democrata. Em contrapartida, a direita neoconservadora não deixa de tentar impor suas teses na discussão, caracterizando-se por uma crença numa vitória definitiva, nas duas últimas décadas. Numa tradição que vem de longa data, a esquerda recusa o conceito de representação, tanto quanto a ideia de mediação política, optando por uma concepção da democracia direta e participativa, inspirada num desejo de ação direta no processo político. Em tudo há um inequívoco engano, colocando de modo inconsequente os elementos no debate político. A complexidade da atual realidade, a complexa agenda política, favorece a posição já colocada pela tradição de pensamento socialdemocrata. O tema da Esfera Pública precisa ser reposto de

uma perspectiva socialdemocrata, procurando separar as relevantes diferenças entre esta e a esfera estatal.

O conceito de Esfera Pública representa propriamente o eixo central questão da mudança das sociedades tardio-modernas. É notória a recusa da direita em levar a sério o tema da Esfera Pública. Já a esquerda sempre a pensou atrelada à Esfera Estatal. Portanto, é imprescindível trazer para a agenda da discussão política contemporânea o conceito de uma Esfera Pública transformada e renovada. Essa discussão comporta uma ampla gama de interesses que atinge a todos.

Aqui o problema do Estado, tal como foi e vem sendo pensado tradicionalmente, ocupa um papel relevante, como vimos anteriormente. Contudo, é necessário antes de tudo, colocarem-se os conceitos e, na seqüência, a questão da sua aplicação à realidade. O pensamento deve se pautar pela emergência de novas dinâmicas como sua força propulsora. Por exemplo, pensar o desaparecimento do Estado tal como foi frequente na tradição anarquista e socialista, parece ser um equívoco. Esta realidade política não deve ser pensada mais como uma simples unidade territorial soberana, de acordo com a tradição. Pensá-lo como uma unidade territorial plenamente delimitada, dotada de soberania, imbuído das funções de defesa e autossuficiência econômica, é cair no erro da tradição da filosofia política tradicional. Na soberania política é preciso articular outro espaço onde as decisões não passem mais por uma visão unilateral, mas que sejam efetivadas a partir de decisões conjuntas. Compreendida sob esta nova ótica, a soberania se fixa agora numa codecisão, evitando, desta maneira, os problemas e desafios de decisões unilaterais. Trata-se de uma forma de evitar os desafios casuísticos do Estado, nos quais este, no exercício de sua sustentabilidade, se submete a um jogo de abdicação de soberania que vai de encontro a sua própria definição de autonomia. Isto quer dizer que o estatuto da soberania implica compartilhar o processo de tomada de decisão, diante de possibilidades infinitas. É visível a tendência à mudança, uma vez que se faz necessária uma compreensão diferente dentro do organismo social e político com

seus novos processos de gestão, e nisto a superação de um conceito de soberania passa pelo desatrelamento aos Estados. Trata-se, então, de enfrentar a lógica da globalização no sentido de uma interdependência e da necessidade de transformação do poder na perspectiva de uma lógica da cooperação. É chegado o momento de superarmos a concepção da sociedade segundo a lógica do *container*, na qual a divisão da realidade do mundo em pedaços ou peças idênticas no seu conjunto, com a mesma dimensão e chegarmos a uma compreensão mais dinâmica e mais complexa na qual a diversidade mantenha sua dinâmica e autonomia. Não cabe, assim, pensar na existência futura de impérios, cujas fronteiras passam por um regime mais flexível e fluido, e cujo resultado é a superação das fronteiras nacionais. Portanto, repensar a questão da Esfera Pública em termos atuais significa dizer produzir mecanismos de tradução entre os distintos sistemas sociais. Tanto no interior quanto na periferia desses mecanismos a autonomia e a identidade próprias dos diferentes sistemas precisam ser mantidas.

Da necessidade de uma tradução dos sistemas sociais, com suas semânticas, sugere-se que cada um deles, nesse processo, manter suas autonomias e seus próprios interesses e recíprocos. Não convém pensar essa relação intrassistemática como se cada um se submetesse ao outro, como foi pensado, por exemplo, na relação entre a arte e a política. Não há aqui um ponto de vista externo do qual um sistema possa exibir de fora as coisas. Vivemos numa política da imanência.

É necessário que cada uma procure educar a si mesmo, aprendendo a aprender. A capacidade de aprender significa a possibilidade aprendizagem por si mesmo fomentar suas próprias condições de possibilidade. Aos políticos tanto quanto aos economistas exige-se compreenderem que os respectivos sistemas devem procurar agir segundo um princípio de mútuas obrigações, juntamente com seus subsistemas respectivos. Em não sendo assim, toda e qualquer solução exógena redundante em mera imposição e mando, impedindo as autênticas soluções dos verdadeiros problemas.

Desde o início da Modernidade Esclarecida se entendeu que nem todas as coisas estão disponíveis para nós. Pensar de outro modo é simplesmente os riscos para nós da perda total das reais condições da experiência e sua relevância para nossa existência. E aqui a referência básica é a avassaladora emergência e avanço da revolução técnico-científica, o domínio das tecnologias da informática (telemática) e das biotecnologias. Isto nos conduz ao pensamento das consequências resultante na invasão do Bios, da vida, do mundo do gene, com seu caráter vicário da história, com o conseqüente aumento da velocidade e a aceleração da Natureza.

Nossa experiência mundana está eivada de muitos componentes que ultrapassam os pretensos limites da nossa soberania. Devemos estar conscientes da nossa venerabilidade, bem como que nem tudo está à nossa disposição e ao nosso serviço. Não temos um total domínio da nossa natureza corporal e esta não depende somente do domínio absoluto da nossa vontade, assim a esfera do consumo e sua política não podem se fundar numa arrogante pretensão desse tipo. Devemos reconhecer nossa ignorância, enquanto nos damos conta de que não podemos ter o domínio cognitivo sobre a totalidade do real. Sobre certos aspectos somos como plantas e a nossa natureza humana muito tem a ver com nossa natureza vegetal. Enquanto pessoas, somos atravessados, na qualidade de objetos que também somos, por um aspecto fundamentalmente *patético*, no sentido original do termo. Isto mostra um aspecto e uma dimensão do nosso ser no mundo que diz o que somos a partir da nossa relação com os outros e daquilo que fazem de nós. Neste sentido, a experiência do ridículo que há em nós significa uma condição primeira que funda nossa experiência. Isto vai de encontro a nossa excessiva pretensão de seriedade. O pensamento de modo plural de ser e de um mundo plural e cada vez mais plural é mais efetiva e mais real. O que aqui está em jogo, cada vez mais, são outras visões da mesma realidade, o que deveria nos convencer de que a verdadeira aprendizagem passa pela tomada de consciência da nossa natureza patética, cômica e ridícula. Antídotos contra a arrogância do humano. Assim mostra-se relevante a

capacidade de se colocar no ponto de vista do outro, pelos olhos dos outros. Se os interesses são coimplicados, o mesmo vale para os pontos de vista. O sério caracteriza-se pela homogeneidade, unilateralidade e a unicidade. A perspectiva do humor é excluída. O exercício do riso e do cômico está mais de acordo com o ponto de vista de uma sociedade aberta, plural, politicamente não violenta e inspirada na negociação. Configurar-se-ia u outro modelo de racionalidade fundada na negociação com conseqüências relevantes.

Na modernidade tardia, com a instauração de uma globalização com as apresentações mediáticas crescentes, as transformações sociais futuras serão cada vez mais marcadas pelo domínio do ridículo/risível. *O sem sentido da hiper-exposição própria do mundo da mídia em que vivemos vai ser um mecanismo de mudanças.*

2. Governar e aprender

Estes dois verbos mostram certa incompatibilidade. É privilégio do poder não aprender. O poder quanto mais manda, indica, ordena, menos aprende ou não aprende mais. Aprender é algo que o poder não mais *necessita*, e que quicá nem *possa*. Combinação de autoritarismo e cegueira. O poder põe no lugar do saber as ordens. “Governas ou aprendes?” tradução atual do “estudas ou trabalhas”.

É possível, assim, definir o poder como um lugar certo para a ignorância. *Não sei, logo governo!* Eis a sua alegação. A política estaria condenada a não aprender, considerando sem importância os espaços de aprendizagem social. Geografia trágica. Puro mandonismo. O Brasil que o diga. Naturalmente o poder inclina-se colocar o regime das ordens no lugar do saber. “Ou ordenas ou aprendes”. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, diz a sabedoria popular. O poder seria, assim, um certo lugar para a ignorância? Não sei, logo dou ordens! Com isto, estaria fadado aos regimes da ignorância e do não aprendido.

Contudo novos ventos sopram no horizonte da política. Ela foi banida deste espaço da ignorância. Está doravante obrigada a lutar, como qualquer mortal, uma vez que precisa fugir da perplexidade, ou seja, precisa aprender. Numa sociedade inteligente, complexa, plural, a todos, até mesmo a política, cabe a escolha entre a *autoridade ignorante* ou a *deliberação inteligente*. A sua manifesta parcialidade convencional, seus meros jogos estratégicos de conveniência, seu oportunismo, seus esquemas rígidos e convencionais, fomentam certo mal-estar. Daí a pouca consideração que se tem da política como maneira de inteligente de pensamento.

Todos os âmbitos da realidade humana encontram-se afetados pelo que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento. A permanente renovação e a criação é o seu modo condutor. A exigência de criatividade afeta tanto o mundo empresarial quanto o artístico. Vive-se sob o regime do novo e da novidade. Novos desafios são impostos pela tecnologia. Se, por um lado, vive-se a inércia cotidiana dos sistemas políticos, de outro a dinâmica da economia, da cultura, a ciência e a tecnologia, vivem uma sucessão de mudanças que incomoda a política. As inovações são introduzidas pela criatividade das esferas da sociedade, jamais pela política e suas instâncias. Poder rima com inércia estupidez. O esquecimento daquilo antes aprendido é o princípio motor da política. Resultado, a inércia é o seu corolário. A política sofre de uma vacuidade sistêmica que afeta as pessoas a despeito delas próprias. Há uma burrice política coletiva, por oposição a outros âmbitos da vida social que sustentam um alto padrão de criatividade. Essa paralisia da política, sua falta de vigor, contamina outras esferas, produzindo assim uma esclerose generalizada nas decisões na Esfera Pública. A política esbarra na sua incapacidade para desenvolver atitudes e iniciativas criativas que possam reverter às formas convencionais de ação. Com isso outras esferas da vida social como o mercado, as artes e o espetáculo substituem a política, despertando assim o entusiasmo dos cidadãos. De resto, sobra para a política o desafio de gerar novas possibilidades diante das mudanças globais e seus espaços de pressão entre o privado e o local. Cabe

pensar as possibilidades e necessidades de novos espaços, mais inteligentes e fluidos, próprios da política.

A tarefa do Estado Nacional era procurar solucionar os problemas referentes ao controle do poder e dar segurança frente ao medo derivado de fontes externas e internas, efeitos da guerra. O Estado de Bem-Estar Social se colocava como meta a garantia de redistribuição da renda e da riqueza nacional, como forma de enfrentar a pobreza. Já às sociedades do conhecimento competem gerir o saber e enfrentar a ignorância. Para elas, é de máxima relevância a renovação da política e do poder em novas formas de Espaço Público. O Estado nacional se viu diante do imperativo de enfrentar a *impotência*; o Estado de Bem-Estar teve como meta enfrentar a *pobreza*. Já nas Sociedades do Conhecimento a *ignorância* é o seu grande desafio. Nestas há um necessário envolvimento entre o poder, a informação e o conhecimento. Se a questão chave para solução dos conflitos durante os séculos XIX e XX era o controle dos meios de produção, no atual estado pós-convencional da modernidade tardia, o principal problema é o governo e domínio dos 'signos'. A *videocracia*, o *poder da imagem* são os seus desafios. Criar conhecimentos e administrá-los tornaram-se questões cruciais para a organização do mundo. Nas sociedades do conhecimento a capacidade de aprender tornou-se um imperativo de sobrevivência. E nesse processo a política como a atividade central das sociedades não pode se furtar às exigências do espírito do tempo.

3. A superação das ideologias fechadas

O não fechamento ideológico do espaço para as novas ideias significa o ressurgimento da política como atividade inteligente. Na filosofia e teoria política, a partir dos anos 90 do século passado, a informação e o conhecimento tornaram-se temas atrelados à questão do poder. Na sociedade do conhecimento, a aptidão à capacidade de aprender é condição *sine qua non* de sobrevivência dos sistemas sociais. A política não pode deixar de cumprir esta exigência. São

agora cruciais conceitos como saber, ideias, argumentação ou conhecimento como condições básicas destas novas sociedades.

4. O retorno do cognitivo

O conceito de aprendizagem social mostra a direção a seguir na influência das ideias diante dos interesses. A política não seria apenas entendida como um conflito de interesses, mas também como algo impulsionado por processos de elaboração da experiência social. *Aprender ou não aprender, eis a questão.*

Na sociedade do conhecimento: aprender é o novo imperativo. O grande desafio da humanidade já não é mais o domínio da natureza, mas o avançar no domínio da informação e da organização. O saber transformou-se num valor raro e valioso. O domínio do conhecimento na sociedade atual já não quer dizer saber muito, mas sim pouco, com relação ao que é fundamental saber. Com a complexidade e as incertezas cresce como consequência o alto valor do saber como grau distintivo desse tipo de sociedade. Nela o governo seria a capacidade política de aprender, visto que o mero poder, sem saber, sem persuasão, sem qualificação cognitiva, quer dizer, algo de pouco valor é inadequado para as tarefas das sociedades emergentes. As hierarquias, como princípio organizador das sociedades, perdem seu valor e esgotam suas possibilidades. A incapacidade de aprender é a melhor definição de uma política autoritária. Enfrentar a imprevisibilidade é a tarefa fundamental da política inteligente. Isto somente poderá ser obtido com o desenvolvimento de competências fundamentais gerais e de disponibilidade para aprender e inovar. A tarefa da política é civilizar o futuro.

Na presente situação histórica, se faz urgente a introdução de procedimentos reflexivos numa política dominada pelo imediato, pela tirania do presente, pela inércia administrativa ou a desatenção diante do comum. A aprendizagem para o processo somente ocorrerá se os indivíduos forem capazes de chegarem a conclusões fundadas

nas suas experiências e à medida que estas façam parte da memória e dos procedimentos das organizações como inteligência coletiva. O saber de uma organização não é o que está na cabeça dos seus membros, mas sim nos sistemas de regras, cultura da organização, procedimentos, rotinas e processos, sistemas de negociação, decisão e resolução de conflitos. Só assim se pode referir a “aprender a governar” ou de uma “inteligência da democracia”. É possível listar seis propriedades ou requisitos para o exercício inteligente da política: *reflexibilidade, flexibilidade, deliberação, inovação, autolimitação e cooperação*. A política só pode estar em condições de aprender se introduzir hábitos de reflexão se for capaz de alterar os seus procedimentos, se for exercida num espaço deliberativo. A política precisa lidar com as novidades, à medida que os agentes políticos aceitam auto-limitarem-se e cooperarem.

5. Reflexão

O conceito de reflexão se aplica ao caso de um ator que consegue manter certa distância em relação àquilo que está instituído, em relação às práticas rotineiras e comuns, quando procura superar as limitações da rotina diária e seus automatismos, baseados em preconceitos que precisam ser revistos, imprimindo assim uma correção generalizada. A função da política é permitir que a sociedade possa adquirir certo distanciamento em relação a si mesma. Assim, a reflexividade permite que ela possa examinar crítica e anti-dogmaticamente os seus hábitos. A capacidade e o querer aprender estão associados ao aprender a viver na instabilidade. A formação de um novo saber requer uma capacidade de suportar a insegurança oriunda de novas opções. A consciência da insegurança e do risco faz parte da aprendizagem. É preciso assumir a situação de insegurança. Não assumir ou não querer assumir os riscos é o maior de todos os riscos. Do mesmo modo o maior engano consiste em impedir sistematicamente que alguém se engane a si mesmo ou aos outros. Quem se pretende não se enganar a todo custo,

já se enganou. A única coisa que se consegue, assim, é enganar-se logo de início. As Ciências Sociais têm dado grande destaque ao conceito de reflexividade. A reflexão é a capacidade de introduzir certa distância relativamente aos interesses imediatos. Isto permite colocar questões tão importantes como, por exemplo, saber em que medida podemos colocar em cheque um bem coletivo. Interesses que são perseguidos de maneira irreflexiva podem acarretar alguns riscos. A simples consecução de bens privados leva a uma situação que é desastrosa para todos. O exemplo do uso individual do automóvel é mais óbvio desta verdade. O engarrafamento do trânsito é a consequência mais clara de uma ação privada e irrefletida com consequências desastrosas para toda a sociedade. A perplexidade e a ignorância a respeito daquilo que é mais conveniente devem-se à existência de muitos problemas políticos, econômicos e sociais, e não à má vontade da parte dos agentes, nem a uma indisposição para chegar a um acordo. A reflexão quer dizer, para a política, a descoberta da ampliação da própria perspectiva. O desafio do presente é encontrar uma “democracia reflexiva”.

6. Maleabilidade

A inteligência é a possibilidade de usar a capacidade estratégica para rever, atualizar, corrigir ou modificar a própria posição. Na política não basta apenas mudar para que haja aprendizagem, pois alguns processos de mudanças não são mais do que resultados gerados pela pressão da realidade a exigir determinada reorientação ou simples adaptações oportunistas a um contexto singular e novo. São necessárias, para existência de verdadeiras mudanças, correções inteligentes de preferências, convicções, formas de pensar e de agir. O elemento normativo é fundamental como base para correções inteligentes das preferências, convicções, formas de pensar e de agir, pois são algo mais do que uma mera adaptação a novas constelações de interesses com vistas à mera sobrevivência. O comportamento político exige mais do que

simples modificação motivada pelas mudanças da situação. Vale dizer, ele não é simplesmente circunstancial e casuístico. É necessário que uma atuação se configure como mais oportuna ou justa com relação às demais. Na razão da mudança de comportamento está uma valoração das possibilidades e alternativas de acordo a partir de critérios de justiça ou proporcionalidade. A inteligência na atividade política se avalia pela valorização das inúmeras possibilidades de ação. Nisto o valor da aprendizagem política surge marcado pela intencionalidade no sentido da modificação. Quer dizer, a verdadeira mudança inteligente na política exige mudanças nas convicções, nas preferências ou no conhecimento do agente, sobretudo no que diz respeito a uma mera reação a um impulso exterior. Não é suficiente sempre e cada vez mais. O grau de relevância não se refere a graus quantitativos de mudança, mas à mudança continuada, segundo a necessidade. O tipo de mudança, baseado na vaidade pessoal e oportunismo, denotando falta de idéias e convicções, é pouco inteligente. As organizações, assim como os indivíduos, agem inteligentemente quando se dispõem a encarar os procedimentos necessários para sua transformação. É necessária, para isto, uma aprendizagem complexa, mudanças de fins. A rigor, trata-se de encarar a possibilidade de distinguir qual o tipo de mudanças que se quer e qual o meio para tal. Enfrentar um problema cuja solução supere o receituário habitual e rotineiro.

7. Política e deliberação

A inteligência coletiva e seus processos são a via mediante a qual as sociedades aprendem. Denomina-se “comunidades epistêmicas” aqueles nichos que se destacam pelos procedimentos de deliberação política. Esses procedimentos ou processos de deliberação políticos são formas de combater coletivamente a perplexidade e programar a formação do juízo público. Este esforço comum é dotado de sentido pela simples razão de há uma evidente,

absurda, descomunal mostra da ignorância ao qual é preciso enfrentar, usando-o como meio. O exercício participativo é um traço marcante da inteligência e somente através dele uma sociedade madura intenta novos procedimentos, âmbitos e instituições como formas de auto-experimentação, dotando-se, assim, de espaços reflexivos e deliberativos. A condição para tal é que sejam comunicativamente compreendidos como aquilo que faz sentido à medida que se reconhece o estado de ignorância e se quer superá-lo. O sentido de uma democracia deliberativa enfatiza a centralidade dos processos e das instituições para formar uma vontade comum diante de um modelo de democracia, entendida como negociação de opiniões e preferências já dadas. A Nova Esfera Pública é um espaço onde podemos convencer e ser convencidos, ou junto amadurecer novas opiniões. Nela, as discussões funcionam como geradoras de informação, como um *plus* que pode confirmar, e ainda modificar, os nossos pontos de vista. No paradigma republicano da Nova Esfera Pública, os interesses dos sujeitos, não são desde sempre adquiridos ou visões de mundo incontornavelmente incompatíveis, mas antes processos que levam à formação e transformação das opiniões, dos interesses e das identidades dos cidadãos. O que interessa como fim é a criação de interpretações coletivas e comuns de convivência em vez da satisfação dos interesses particulares. Os processos desempenham um papel decisivo neste momento, pois os interesses e as preferências não estão desde sempre predeterminados, nem constituem um conjunto de atitudes amplamente coerente. Aos atores falta, em geral, a consciência própria daquilo que querem, e do que se trata quando o assunto são os seus interesses mais verdadeiros. Com outras palavras, o processo democrático implica, então, aquilo que permite que os participantes possam ter uma relação a si mesmo de forma esclarecida e, assim, possam formar uma opinião a respeito daquilo que está em jogo. A força política da deliberação política encontra-se precisamente, na sua capacidade de institucionalizar a descoberta coletiva dos interesses. A justificação epistêmica da democracia é a expressão que podemos empregar para esclarecer propriamente a deliberação e sua força.

A incerteza sobre aquilo que se pretende de forma explícita é a condição necessária, mas não suficiente, para que haja democracia e não autoritarismo. A luta comum contra essa situação de perplexidade via processos comunicativos é a outra condição que, embora eivada de conflitos, é irrecusável tanto para nós como para nossos adversários.

8. Diversidade e inovação

O que poderíamos chamar de ação e democracia criativas é a consequência da política enquanto prática deliberativa, que resulta finalmente num domínio de surpresas e aprendizagem coletivas.

Os espaços democráticos são produtos da incerteza e um indicador de qualidade. No que se diferenciam, na política, programas e projetos? Os primeiros derivam do fascínio da política pelo presente e o imediato. Isto limita, em muito a capacidade da política de perspectivar-se, sendo ele o seu âmbito mais próprio. É marca do Realismo político significando a incapacidade ou impotência em configurar o espaço social no momento apropriado. O excesso de incertezas, traço própria da política enquanto atividade humana, nos leva a pensar esta como o domínio do ineditismo e da incongruência. São traços que não distinguem o perfil de outras atividades profissionais. Embora dotadas de dignidade, elas estão alheias às inconstâncias da política. Na política, as simples regras da experiência não bastam como marcos reguladores deste tipo de ação.

9. Auto-restrição

Toda unanimidade é burra, segundo Nelson Rodrigues. E na política não é diferente, ter sempre razão é sinal de burrice prático-política. Uma organização aprende quando garante a sua sobrevivência por si mesma, descobre e corrige as consequências destrutivas do seu próprio modo de operar. A tendência à auto-

restrição tem às suas costas a antevisão de um favorecimento comum, consequência das ações coordenadas e integradas. A atuação cooperativa mostra a possibilidade de que os atores sociais possam estar na posse de um modo reflexivo de agir. A complexidade exige dos atores sociais uma forma de agir coordenada enquanto forma de governo mais apropriada a ela enquanto complexidade social.

10. Colaboração e parceria

O que significa “política inteligente”? Em primeiro lugar, a política é um jogo, cooperativo pelo poder. Mas para que esse jogo seja racional ele deve ser cooperado, coparticipativo e limitado no seu exercício. A coordenação é um fato necessário numa sociedade de crescente interdependência entre vários planos e territórios. Nos governos diminui cada vez mais sua qualidade quando se faz apenas em nome das lógicas do poder, no interior dos Estados, na ordem internacional. É necessário enfrentar o desafio de se criar procedimentos governamentais para além da unilateralidade, da hierarquia e da homogeneidade em prol de sistemas multilaterais, pós-soberanistas e pluralistas.

Diante da atual complexidade é preciso compreender o poder não como exercício de força isolado, soberano e unilateral. Esta é uma concepção reducionista e unilateral. É um reducionismo reduzido, inapropriado para cumprir os objetivos e desafios do nosso mundo. Estes exigem nossa capacidade de compreensão e condução desse processo. Cooperar é, portanto, o melhor e mais adequado procedimento para que se possa atingir de forma plena o que seja o Próprio bem-estar comum. O permanente exercício da cooperação leva à modificação da própria percepção desse bem-estar comum. Isso evita a expectativa de hegemonia que produz conseqüentemente a instabilidade, consequência das decisões unilaterais de curto prazo. As artes da cooperação e do uso inteligente das perspectivas de poder, nas suas novas modalidades de legitimidade pelo poder global, não derivam da força militar.

Num ordenamento multilateral cumpre levar em consideração a influência, quando se trata de proteger aqueles bens que implicam cooperação e vigilância, em vez da unilateralidade das decisões, pelo uso de uma gestão globalizante, buscando suplantar o poder. Levar o mundo a sério quer dizer pensá-lo como algo que já é verdadeiramente comum e laborar por meio de estratégias mais refinadas com o objetivo de identificar aquilo que é melhor e convém para todos. Na época da globalização a estratégia autoritária e exclusivista do poder se torna cada vez mais inadequada no interior dos Estados, com função exclusivista do benéfico próprio. Nesse mundo ter autoridade exige ter melhor inteligência.

11. Conclusão

As posições postuladas por Jürgen Habermas com sua obra seminal *Mudança Estrutural na Esfera Pública* desencadeou, desde sua publicação há cinqüenta anos, longos e intermináveis debates. O que mostra sua pertinência e inovação. Da distância temporal, a pergunta que se coloca e a que se refere à sua vigência no panorama da discussão política no panorama de uma sociedade que em muito se diferenciou sob muitos aspectos. Sabemos que o próprio Habermas, em um prólogo de 1990 à nova edição, se esforçou por fazer algumas revisões relevantes, à medida que a esfera pública não mais se funda numa concepção singular e abrangente. As instabilidades da situação política fragmentaram os ideais de uma esfera pública universal. Este trabalho aqui apresentado pretende contribuir com a continuidade do debate e os esclarecimentos dessas novas dificuldades e possibilidades daquilo que podemos chamar de uma Nova Esfera Pública, reafirmando de maneira crítica a ideia de espaço público, sua pertinência normativa para reformulações que possam dar conta das novas perspectivas da sociedade atual e o conjunto de suas experiências políticas e plurais. Uma obra se mostra fecunda quando os problemas por ela tratados não deixam de ter pertinência e vigor na continuidade do tempo e este é o caso, nos

parece, da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de Jürgen Habermas. Foi isto que buscamos mostrar neste artigo.

Referências bibliográficas

- BOUCHERON, P. & OFFENSTADT, N. *L'Espace public au Moyen Âge*. Paris Press Universitaire de France, 2011.
- HABERMAS, J. *Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Frankfurt a. Main, Suhrkamp Verlag, 1990.
- HALEVY, Marc. *A era do conhecimento. Princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- INNERARITY, Daniel. *Le democracia del conocimiento. Por una sociedad inteligente*. Barcelona-Buenos Aires – México: Ediciones Paidós, 2011.
- _____, *El nuevo espacio público*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S.A, 2006.
- _____, & CHAPEU, Serge. *Internet y el futuro de la democracia*. Editorial Paidós Ibérica, 2012.
- KEEN, Andrew. *Vertigem digital. Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.